

Sumário

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | PETIÇÃO INICIAL – Treinamento | 39 |
| 1. | Cabeçalho da peça inicial | 39 |
| 1. | Introdução | 39 |
| 1.1. | Mudança com a reforma trabalhista do ano de 2017 | 40 |
| 2. | Estruturação da petição inicial | 43 |
| 3. | Endereçamento | 44 |
| 3.1. | Competência territorial | 44 |
| 3.1.1. | Regra | 44 |
| 3.1.2. | Prestação de serviços em diversos locais | 45 |
| 3.1.3. | Domicílio do autor como elemento definidor de competência | 46 |
| 3.1.4. | Foro do domicílio do autor da ação quando este tiver menos de 18 anos de idade, em caso de falecimento do empregado | 48 |
| 3.1.5. | Cláusula de eleição de foro | 49 |
| 3.1.6. | Exceção de incompetência relativa em razão do lugar | 49 |
| 3.1.6.1. | Prazo | 49 |
| 3.1.6.2. | Suspensão do processo | 50 |
| 3.1.6.3. | Manifestação da parte contrária | 50 |
| 3.1.6.4. | Produção de provas | 50 |
| 3.1.6.5. | Decisão da exceção | 50 |
| 3.1.6.6. | Modelo de exceção de incompetência relativa em razão do lugar | 50 |
| 2. | Benefício da justiça gratuita | 51 |
| 1. | Introdução | 52 |
| 2. | Quem tem direito à justiça gratuita? | 52 |
| 2.1. | Empregado que recebe salário inferior ou igual a 40% do limite máximo do RGPS | 52 |
| 2.2. | Empregado que recebe salário superior a 40% do limite máximo do RGPS | 54 |
| 3. | Empregador solicitando o benefício da justiça gratuita | 56 |
| 4. | Qual é o momento em que deverá ser formulado o pedido de justiça gratuita? | 57 |
| 5. | O juiz poderá conceder de ofício o benefício da assistência judiciária gratuita? | 58 |
| 6. | Justiça gratuita x honorários de sucumbência | 59 |
| 6.1. | Impossibilidade de utilização de créditos trabalhistas obtidos no processo para pagamento dos honorários sucumbenciais | 60 |
| 7. | Justiça gratuita x multas processuais x litigância de má-fé | 62 |
| 3. | Requerimentos iniciais | 66 |
| 3.1. | Distribuição por dependência – prevenção | 66 |

| | |
|--|------------|
| 1. Introdução | 67 |
| 2. Interrupção da prescrição | 68 |
| 4. Aspectos materiais e processuais | 69 |
| 4.1. Responsabilidade da litisconsorte – terceirização lícita | 69 |
| 1. Introdução – Lei 6.019/74..... | 69 |
| 1.1. Não aplicação da Lei 6.019/74 | 71 |
| 2. Trabalho temporário – Lei 6.019/74..... | 71 |
| 2.1. Permissão para contratação de trabalhador temporário no âmbito rural | 72 |
| 2.2. Greve e contratação de empregados por meio da Lei 6.019/74 | 72 |
| 2.3. Exigência de registro no Ministério do Trabalho e Emprego..... | 73 |
| 2.4. Requisitos do contrato cível entre a empresa de trabalho temporário e a tomadora de serviços..... | 73 |
| 2.5. Empresa tomadora de serviços no trabalho temporário..... | 74 |
| 2.6. Ausência de vínculo com a tomadora de serviços | 75 |
| 2.7. Proibição de firmar contrato de experiência | 76 |
| 2.8. Novo contrato temporário entre o empregado e o mesmo tomador/contratante | 76 |
| 2.9. Responsabilidade do contratante/tomador dos serviços | 76 |
| 2.10. Contrato de trabalho do empregado com a empresa de trabalho temporário..... | 79 |
| 3. Terceirização em geral..... | 79 |
| 3.1. Possibilidade de terceirização | 80 |
| 3.2. A Constitucionalidade de outras formas de contratação distintas da CLT (ADPF 324/DF, Tema 725, ADC 48/DF, ADI 3.961/DF e ADI 5.625/DF)..... | 81 |
| 3.3. Tema 1389 e a suspensão de ações trabalhistas que discutem “pejotização” pelo STF | 83 |
| 3.4. Ausência de vínculo com a tomadora de serviços | 85 |
| 3.5. Requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços | 86 |
| 3.6. Empresa contratante/Tomadora dos serviços | 86 |
| 3.7. Local da prestação de serviços | 87 |
| 3.8. Responsabilidade pelas condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores terceirizados | 87 |
| 3.9. Responsabilidade da tomadora dos serviços/contratante | 88 |
| 3.10. Responsabilidade do contratante/tomador dos serviços na terceirização ilícita | 89 |
| 3.11. Natureza do transporte de cargas e a não configuração de terceirização (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 59 do TST) | 91 |
| 3.12. Prestação de serviços a uma pluralidade de tomadores..... | 91 |
| 4. Responsabilidade da Administração Pública na terceirização lícita..... | 96 |
| 4.1. Ônus da prova na terceirização na administração pública (Tema 1118)..... | 98 |
| 4.2. Notificação sobre inadimplência de empresa terceirizada..... | 100 |
| 4.3. Isonomia salarial | 101 |
| 5. Responsabilidade do dono da obra | 101 |
| 4.2. Reconhecimento do vínculo de emprego | 103 |
| 1. Introdução | 103 |
| 2. Artigos sobre vínculo de emprego..... | 103 |
| 3. Requisitos para configurar o vínculo de emprego..... | 104 |
| 3.1. Pessoa física | 104 |
| 3.2. Pessoalidade | 107 |
| 3.3. Não eventualidade..... | 107 |
| 3.4. Onerosidade | 109 |
| 3.5. Subordinação | 113 |
| 3.5.1. Subordinação estrutural..... | 113 |

| | |
|---|-----|
| 3.5.1.1. Teletrabalho | 115 |
| 4. Obrigação de anotar a CTPS | 116 |
| 4.1. Presunção de veracidade das informações na CTPS | 121 |
| 4.2. Prazo para anotar a CTPS | 121 |
| 4.3. Dano moral pela anotação desabonadora na CTPS do empregado | 124 |
| 4.4. Ausência de registro do empregado – penalidade administrativa | 130 |
| 4.4.1. Princípio da dupla visita | 131 |
| 4.5. Falta de anotação da CTPS e dano moral (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 60 do TST) .. | 132 |
| 4.6. Retenção injustificada da CTPS e o dano moral <i>in re ipsa</i> (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 192 do TST) | 133 |
| 5. Vínculo de emprego e ônus da prova | 133 |
| 5.1. Defesa de mérito direta | 133 |
| 5.2. Defesa de mérito indireta | 134 |
| 5.3. Situações hipotéticas | 135 |
| 6. Não gera vínculo de emprego | 139 |
| 6.1. Diarista | 139 |
| 6.2. Cabeleireiro x Salão de beleza | 139 |
| 6.2.1. Contratos de parceria nos termos da Lei 12.592/2012 | 139 |
| 6.2.2. Aluguel de cadeira e contrato de parceria | 140 |
| 6.3. Trabalho eventual | 142 |
| 6.4. Relação de trabalho voluntário | 142 |
| 6.5. Cooperados com a cooperativa e tomadores dos serviços | 143 |
| 6.5.1. Cooperativa de Trabalho | 145 |
| 6.6. Residência médica | 146 |
| 6.7. Trabalho em campanhas eleitorais | 146 |
| 6.7.1. Atividades de direção nos órgãos partidários | 147 |
| 6.8. Trabalhador autônomo | 147 |
| 6.8.1. Trabalhador autônomo – Motorista cadastrado em plataforma digital | 149 |
| 6.8.2. Trabalhador autônomo – Advogado associado e outras formas de contratação além do vínculo empregatício (STF) | 159 |
| 6.9. Estágio | 161 |
| 6.9.1. Conceito | 161 |
| 6.9.2. Finalidade do estágio | 161 |
| 6.9.3. Ausência de vínculo de emprego | 161 |
| 6.9.4. Possibilidade de configurar vínculo de emprego | 162 |
| 6.9.5. Jornada de atividade | 162 |
| 6.9.6. Pagamento do estágio | 163 |
| 6.9.7. Recesso | 163 |
| 6.9.8. Duração do estágio | 163 |
| 6.10. Transportador Autônomo de Cargas – TAC | 163 |
| 6.11. Padres, pastores e equivalentes com entidades religiosas | 165 |
| 4.3. Saldo de salário | 166 |
| 1. Introdução | 166 |
| 4.4. Aviso prévio indenizado | 166 |
| 1. Cabimento do aviso prévio | 167 |
| 2. Prazo do aviso prévio | 169 |
| 3. Contagem do aviso prévio | 172 |

| | | |
|-------------|--|------------|
| 4. | Se o empregado foi demitido sem justa causa em 15.09.2011 e trabalhou 2 anos e 1 mês, ele tem direito a 36 dias de aviso prévio? | 172 |
| 5. | O aviso proporcional é aplicado quando o empregado pede demissão? | 172 |
| 5.1. | Aviso prévio trabalhado na dispensa sem justa causa | 173 |
| 6. | Jornada de trabalho de quem está cumprindo aviso prévio trabalhado | 174 |
| 7. | Como é que se calcula o aviso prévio | 175 |
| 8. | Justa causa x aviso prévio | 176 |
| 9. | Aviso prévio x estabilidade no emprego | 176 |
| 10. | Negociação coletiva x aviso prévio | 178 |
| 4.5. | Décimo terceiro salário proporcional (10/12) | 179 |
| 1. | Introdução | 179 |
| 2. | Data de pagamento | 179 |
| 3. | Pagamento do 13º salário | 179 |
| 4. | Adiantamento | 180 |
| 5. | Quando é devido o 13º salário? | 180 |
| 6. | Negociação coletiva x 13º salário | 182 |
| 4.6. | Férias vencidas em dobro acrescidas de 1/3 | 182 |
| 4.7. | Férias vencidas simples acrescidas de 1/3 | 182 |
| 4.8. | Férias proporcionais acrescidas de 1/3 | 182 |
| 1. | Introdução | 183 |
| 2. | Duração das férias | 183 |
| 3. | Não será considerada falta ao serviço | 184 |
| 4. | Não terá direito a férias | 185 |
| 5. | Aquisição do direito | 188 |
| 5.1. | Serviço militar obrigatório | 188 |
| 6. | Concessão, gozo e fracionamento das férias | 188 |
| 7. | Pagamento das férias | 190 |
| 8. | Não concessão de férias no período concessivo – pagamento em dobro | 191 |
| 8.1. | Pagamento das férias fora do prazo legal | 191 |
| 8.2. | Empregador que convoca o empregado de férias para trabalhar – Dobra das férias devida | 192 |
| 9. | Cessação do contrato de trabalho | 193 |
| 10. | Abono de férias | 195 |
| 10.1. | Imposição do abono pecuniário de férias pelo empregador | 195 |
| 11. | Culpa recíproca para o fim do contrato | 197 |
| 12. | Férias x Negociação coletiva | 197 |
| 13. | Férias coletivas | 198 |
| 4.9. | Horas extras | 198 |
| 1. | Introdução | 199 |
| 2. | Tempo   disposição do empregador | 199 |
| 3. | Horas de sobreaviso prontidão reserva | 200 |
| 3.1. | Sobreaviso | 200 |
| 3.2. | Prontidão | 201 |
| 3.3. | Reserva | 201 |
| 3.4. | Tempo de espera do motorista | 202 |
| 3.4.1. | Tema correlato: Motoristas e cobradores e a cota de aprendizes (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo n  66 do TST) | 203 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 3.5. | Horas <i>in itinere</i> | 204 |
| 3.5.1. | Reforma Trabalhista e Direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista – Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23) | 204 |
| 3.5.2. | Horas <i>in itinere</i> e os petroleiros (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 50) | 205 |
| 3.5.3. | Horas <i>in itinere</i> e os empregados rurais (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 172 do TST) | 206 |
| 3.6. | Acidente do trabalho no percurso – Casa Trabalho – Trabalho Casa | 207 |
| 3.6.1. | Acidente de trajeto do empregado que possui dois empregos | 207 |
| 3.6.2. | Desvio da rota casa / trabalho | 208 |
| 3.6.3. | Ônus da prova na alegação do desvio de rota | 209 |
| 3.6.4. | Consequências para o empregador em decorrência do acidente de trajeto | 210 |
| 3.6.4.1. | Abertura da CAT | 210 |
| 3.6.4.2. | Não pode demitir sem justa causa em razão da estabilidade acidentária | 210 |
| 3.6.4.2.1. | Pressupostos da estabilidade acidentária | 211 |
| 3.6.5. | Validade do pedido de demissão | 211 |
| 3.6.6. | Dispensa por justa causa | 213 |
| 3.6.7. | Obrigação de recolher o FGTS 8% | 214 |
| 3.6.8. | Responsabilidade Civil | 216 |
| 3.6.8.1. | Acidente de trajeto em veículo próprio | 216 |
| 3.6.8.1.1. | Exceção – Responsabilidade do empregador | 216 |
| 3.6.8.2. | Acidente de trajeto em veículo fornecido pelo empregador | 219 |
| 3.6.8.3. | Acidente de trajeto nos casos de cortesia (carona) | 223 |
| 4. | Quantidade de horas normais trabalhadas por dia e por semana | 223 |
| 4.1. | Turno ininterrupto de revezamento | 225 |
| 4.2. | Jornada de trabalho do bancário | 228 |
| 4.2.1. | Jornada de trabalho de gerentes da CEF (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 53 do TST) | 230 |
| 4.3. | Trabalho em regime de tempo parcial | 232 |
| 5. | Quantidade de horas extras permitidas por dia | 233 |
| 5.1. | Jornada 12 x 36 | 234 |
| 5.2. | Horas extras em área insalubre | 237 |
| 6. | Pagamento das horas extras | 238 |
| 6.1. | Pagamento em dinheiro | 238 |
| 6.2. | Base de cálculo das horas extras | 238 |
| 6.3. | Reflexos das horas extras | 240 |
| 6.4. | Pagamento com folgas compensatórias | 243 |
| 7. | Pré-contratação de horas extras | 245 |
| 8. | Supressão das horas extras | 247 |
| 9. | Cartão de ponto | 247 |
| 9.1. | Faculdade de pré-anotação dos períodos de repouso / intervalo | 249 |
| 9.2. | Consequências da não exibição em juízo do cartão de ponto | 251 |
| 9.3. | Cartão de ponto uniforme Britânico | 252 |
| 9.4. | Cartão de ponto por exceção | 252 |
| 9.5. | Exibição parcial em juízo do cartão de ponto | 252 |
| 9.6. | Variações de horários no registro de ponto | 253 |
| 9.7. | Validade dos cartões de ponto sem assinatura | 254 |
| 9.8. | Quem não precisa do controle de ponto | 255 |
| 9.8.1. | Empregados enquadrados no art. 62 da CLT | 255 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| 9.8.1.1. | Trabalhador que exerce atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho..... | 256 |
| 9.8.1.2. | Função de confiança gestão..... | 260 |
| 9.8.1.2.1. | Cargo de confiança – gerente de agência x gerente geral de agência ... | 266 |
| 9.8.1.3. | Teletrabalho..... | 267 |
| 9.8.1.4. | Estabelecimentos que possuam até 20 empregados..... | 268 |
| 4.10. | Trabalho aos domingos | 268 |
| 1. | Introdução..... | 269 |
| 2. | Trabalho aos domingos e feriados..... | 270 |
| 2.1. | Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral..... | 271 |
| 2.1.1. | Autorização transitória..... | 272 |
| 2.1.2. | Autorização permanente..... | 273 |
| 2.2. | Autorização para o trabalho em domingos e feriados no comércio em geral..... | 273 |
| 2.2.1. | A Portaria nº 3.665/2023 e a polêmica da “proibição do trabalho aos domingos e feriados” ... | 274 |
| 2.2.1.1. | Trabalho aos domingos e a Portaria nº 3.665/2023..... | 275 |
| 2.2.1.2. | Trabalho em feriados e a Portaria nº 3.665/2023..... | 276 |
| 2.2.1.3. | O alcance da portaria é restrito..... | 276 |
| 2.3. | Trabalho aos domingos pela mulher..... | 277 |
| 3. | Feriados..... | 281 |
| 4.11. | Adicional noturno | 281 |
| 1. | Hora noturna – empregado urbano..... | 282 |
| 2. | Hora noturna – empregado doméstico..... | 283 |
| 3. | Hora noturna diferenciada..... | 284 |
| 3.1. | Hora noturna – bancários..... | 284 |
| 3.2. | Hora noturna – rural..... | 284 |
| 3.3. | Hora noturna – petroleiros..... | 285 |
| 3.4. | Hora noturna – advogados..... | 285 |
| 4. | Reflexos das horas noturnas..... | 285 |
| 4.12. | Horas intrajornadas | 287 |
| 1. | Introdução..... | 287 |
| 2. | Pré-assinalação do intervalo intrajornada no cartão de ponto..... | 287 |
| 3. | Intervalo no início da jornada – impossibilidade..... | 289 |
| 4. | Intervalo concedido no fim da jornada – impossibilidade..... | 290 |
| 5. | Redução do intervalo para refeição..... | 291 |
| 5.1. | Redução..... | 291 |
| 5.1.1. | Com autorização do Ministério do Trabalho e Emprego..... | 292 |
| 5.1.2. | Com autorização por meio de acordo ou convenção coletiva..... | 292 |
| 5.2. | Fracionamento do intervalo para refeição..... | 292 |
| 6. | Limite de tolerância do intervalo intrajornada..... | 293 |
| 7. | Intervalo intrajornada e redução ficta da hora noturna..... | 294 |
| 8. | Intervalos não computados na jornada de trabalho..... | 294 |
| 8.1. | Exceção..... | 294 |
| 8.1.1. | Intervalos, recreio escolar e tempo à disposição do empregador (ADPF 1058)..... | 299 |
| 9. | Intervalo não concedido..... | 300 |
| 10. | Intervalos diferenciados..... | 302 |
| 4.13. | Horas interjornadas | 304 |

| | |
|--|------------|
| 1. Introdução | 304 |
| 4.14. FGTS 8% depositado pelo empregador | 305 |
| 1. Introdução | 305 |
| 2. Alíquotas e pagamento..... | 306 |
| 2.1. Recolhimento do FGTS na conta do empregado – integração ao salário – impossibilidade de pagamento direto ao empregado (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 68)..... | 307 |
| 3. Não incide o FGTS sobre férias indenizadas..... | 308 |
| 4. Afastamento do empregado do emprego – suspensão contratual..... | 309 |
| 5. Atualização do FGTS | 311 |
| 6. FGTS do doméstico..... | 312 |
| 7. Ônus da prova dos depósitos do FGTS | 312 |
| 8. Saque do FGTS pelo empregado..... | 313 |
| 9. Outros artigos da Lei 8.036/90..... | 315 |
| 9.1. Penhora do FGTS..... | 315 |
| 9.2. Transação da estabilidade decenal para o FGTS..... | 318 |
| 9.3. Multa prevista no art. 22 da Lei nº 8.036/90..... | 318 |
| 10. Prescrição do FGTS..... | 319 |
| 11. Negociação coletiva x FGTS..... | 320 |
| 4.15. Auxílio-alimentação | 320 |
| 1. Remuneração do empregado..... | 321 |
| 1.1. Gorjetas | 321 |
| 1.1.1. Não servem de base de cálculo | 322 |
| 1.1.2. Servem de base de cálculo | 322 |
| 1.1.3. Verbas equiparadas | 322 |
| 1.1.3.1. Direito de arena..... | 323 |
| 1.1.3.2. Gueltas..... | 324 |
| 1.2. Salário | 325 |
| 1.2.1. Prazo para pagamento do salário | 325 |
| 1.2.1.1. Negociação por meio de norma coletiva | 325 |
| 1.2.1.2. Sábado como dia útil para pagamento de salário..... | 325 |
| 1.2.1.3. Data de pagamento do salário do empregado doméstico | 327 |
| 1.2.2. Salário <i>in natura</i> | 328 |
| 1.2.2.1. Requisitos para caracterização do salário <i>in natura</i> | 328 |
| 1.2.2.2. Comprovante de pagamento do salário | 329 |
| 1.2.2.2.1. Recibo..... | 329 |
| 1.2.2.2.2. Recibo sem assinatura | 330 |
| 1.2.2.2.3. Pagamento em cheque | 331 |
| 1.2.2.2.4. Ônus da prova do pagamento extrafolha “por fora” | 331 |
| 1.2.2.2.5. Não será salário <i>in natura</i> pelo art. 458, § 2º, da CLT..... | 331 |
| 1.2.2.3. Valor da utilidade..... | 332 |
| 1.2.3. Espécies de salário | 333 |
| 1.2.3.1. Salário mínimo..... | 333 |
| 1.2.3.2. Salário profissional | 334 |
| 1.2.3.3. Piso salarial..... | 334 |
| 1.2.3.4. Salário normativo | 334 |
| 1.2.3.5. Comissões e percentagens | 334 |
| 1.2.3.5.1. Época de pagamento das comissões | 335 |

| | | | |
|--------------|--------------|---|------------|
| | 1.2.3.5.1.1. | Fato gerador | 335 |
| | 1.2.3.5.1.2. | Data de pagamento | 336 |
| | 1.2.3.5.1.3. | Estorno das comissões..... | 337 |
| | 1.2.3.5.1.4. | Comissões sobre vendas a prazo (Tese vinculante em IRR nº 57 do TST)..... | 339 |
| | 1.2.3.5.1.5. | Cláusula <i>star del credere</i> | 340 |
| | 1.2.3.5.2. | Horas extras do comissionista..... | 340 |
| | 1.2.3.5.3. | Comissões de bancários (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 56 do TST) | 345 |
| | 1.2.3.6. | Salário complessivo | 345 |
| | 1.2.3.7. | Salário-substituição | 347 |
| 1.2.4. | | Parcelas salariais..... | 352 |
| | 1.2.4.1. | Gratificações legais e de função | 352 |
| | 1.2.4.2. | Quebra de caixa | 354 |
| | 1.2.4.3. | Reflexo nas verbas trabalhistas | 354 |
| 1.2.5. | | Parcelas não salariais | 355 |
| | 1.2.5.1. | Salário-família | 355 |
| | 1.2.5.2. | Abono do PIS | 356 |
| | 1.2.5.3. | Ajuda de custo..... | 356 |
| | 1.2.5.4. | Diárias para viagem..... | 357 |
| | 1.2.5.5. | Participação nos lucros | 358 |
| | 1.2.5.6. | Alimentação do trabalhador | 359 |
| | 1.2.5.6.1. | Natureza jurídica do auxílio-alimentação | 360 |
| | 1.2.5.6.1.1. | Natureza jurídica do auxílio-alimentação e a tese vinculante em IRR nº 121 do TST. | 361 |
| | 1.2.5.6.2. | Programa de Alimentação do Trabalhador | 362 |
| | 1.2.5.6.2.1. | O PAT e o Decreto nº 12.712, de 11 de novembro de 2025 | 363 |
| | 1.2.5.7. | Vale-transporte | 364 |
| | 1.2.5.7.1. | Quem utiliza veículo próprio deve receber vale-transporte?..... | 366 |
| | 1.2.5.8. | Direito de imagem | 367 |
| | 1.2.5.9. | <i>Stock options</i> | 372 |
| | 1.2.5.10. | Prêmios | 373 |
| | 1.2.5.11. | Abonos | 374 |
| | 1.2.5.12. | Fornecimento/manutenção de equipamentos e reembolso de despesas | 374 |
| 1.2.6. | | Pagamento do salário em moeda nacional | 374 |
| 1.2.7. | | Proibição do <i>truck system</i> | 374 |
| 4.16. | | Multa de 40% sobre o FGTS..... | 375 |
| 1. | | Introdução | 375 |
| 2. | | Multa de 20% do FGTS..... | 376 |
| | 2.1. | Nos casos de culpa recíproca ou força maior | 376 |
| | 2.2. | Nos casos de distrato..... | 377 |
| 3. | | Aposentadoria espontânea e multa do FGTS | 377 |
| 4. | | Multa do FGTS do doméstico | 378 |
| 5. | | Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: pagamento tardio da multa de 40% do FGTS..... | 378 |
| 6. | | Negociação coletiva x multa do FGTS | 379 |
| 7. | | Multa do FGTS e o aviso-prévio indenizado (Tese vinculante em IRR nº 255 do TST)..... | 379 |

| | |
|---|------------|
| 4.17. Seguro-desemprego | 380 |
| 1. Introdução | 380 |
| 2. Requisitos para receber o seguro-desemprego | 381 |
| 3. Número de parcelas..... | 382 |
| 4. Indenização equivalente paga pelo empregador..... | 383 |
| 5. Negociação coletiva x seguro-desemprego..... | 383 |
| 4.18. Multa do § 8º do art. 477 da CLT | 383 |
| 1. Introdução | 383 |
| 2. Valor da multa..... | 388 |
| 3. Indenização por danos morais – ausência ou atraso na quitação das verbas rescisórias..... | 389 |
| 4. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: pessoa jurídica de direito público..... | 392 |
| 5. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: reversão da justa causa em juízo..... | 392 |
| 6. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: reconhecimento judicial de vínculo de emprego | 394 |
| 7. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: pagamento tardio da multa de 40% do FGTS..... | 396 |
| 8. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: parcelamento de verbas rescisórias | 397 |
| 9. Multa do art. 477, § 8º, da CLT, em caso de rescisão indireta (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 52 do TST) | 403 |
| 10. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: atraso na homologação – pagamento no prazo legal | 405 |
| 11. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: diferenças rescisórias reconhecidas em juízo..... | 412 |
| 12. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: falência da empresa antes da demissão do empregado..... | 416 |
| 12.1. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: falência da empresa depois da demissão do empregado..... | 416 |
| 12.2. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: falência da empresa depois da demissão do empregado – efeito retroativo da decisão judicial que decretou a falência | 417 |
| 13. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: empresa em recuperação judicial | 418 |
| 14. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: complemento do pagamento de verbas rescisórias fora do prazo legal ... | 420 |
| 15. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: morte do empregado | 422 |
| 16. Base de cálculo da multa..... | 425 |
| 17. Quadro síntese: teses vinculantes em IRR que tratam da multa do art. 477, § 8º, da CLT | 425 |
| 4.19. Restabelecimento do plano de saúde | 430 |
| 1. Introdução | 430 |
| 2. Manutenção de plano de saúde no afastamento pelo INSS..... | 432 |
| 2.1. Invalidez de cláusula coletiva que cancela o plano de saúde no afastamento previdenciário | 434 |
| 3. Direito de manter o plano de saúde caso seja demitido sem justa causa | 436 |
| 4. Indenização por danos morais pelo cancelamento do plano de saúde..... | 437 |
| 5. Manutenção do plano de saúde após a demissão | 439 |
| 5.1. Contribuição | 439 |
| 5.2. Coparticipação | 439 |
| 5.3. Requisitos para manutenção do plano de saúde | 440 |
| 5.4. Prazo | 441 |
| 5.4.1. Prazo mínimo para o empregado continuar com o plano de saúde | 441 |
| 5.4.2. Prazo máximo para o empregado demitido imotivadamente continuar com o plano de saúde..... | 441 |
| 5.4.3. Prazo máximo para o empregado aposentado que contribuiu com 10 ou mais anos para o plano de saúde..... | 441 |
| 5.4.4. Prazo máximo para o empregado aposentado que contribuiu com menos de 10 anos para o plano de saúde..... | 441 |
| 5.4.5. Perde as condições do plano o empregado que conseguir novo emprego..... | 441 |
| 5.4.6. Dever de ser informado sobre o direito de optar pelo plano de saúde..... | 441 |

| | |
|--|-----|
| 6. Tema correlato: Cobrança de mensalidade e coparticipação no plano de saúde dos Correios e a não configuração de alteração contratual lesiva (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 83)..... | 442 |
| 4.20. Devolução de descontos indevidos – contribuições sociais | 443 |
| 1. Introdução | 443 |
| 2. Contribuição sindical | 443 |
| 2.1. Sujeitos passivos da contribuição..... | 444 |
| 2.2. Valor da contribuição pelos empregados | 444 |
| 2.3. Notificação pessoal do sujeito passivo..... | 444 |
| 3. Contribuição confederativa..... | 446 |
| 4. Contribuição assistencial..... | 447 |
| 4.21. Devolução de descontos indevidos | 447 |
| 1. Introdução | 447 |
| 2. Descontos permitidos | 448 |
| 2.1. Desconto de INSS – Cota-parte do empregado..... | 448 |
| 2.2. Desconto de IRRF – Cota-parte do empregado..... | 449 |
| 2.3. Desconto referente ao empréstimo consignado..... | 449 |
| 2.3.1. Danos Morais | 450 |
| 2.3.1.1. Danos morais pelo desconto da totalidade do saldo devedor na rescisão contratual | 452 |
| 2.3.1.2. Danos morais pelo desconto do valor do empréstimo e não repasse para a instituição financeira..... | 452 |
| 2.4. Desconto referente ao custeio do vale-transporte | 453 |
| 2.4.1. Desconto no salário do empregado – Alíquota de 6% – Fornecimento de transporte pelo empregador – veículo próprio ou de terceiros..... | 454 |
| 2.5. Desconto referente ao custeio da alimentação | 455 |
| 2.6. Desconto no salário por ato culposo do empregado..... | 456 |
| 2.7. Desconto no salário por ato doloso do empregado..... | 457 |
| 2.8. Desconto do valor de bens ou serviços colocados à disposição do empregado pelo próprio empregador | 458 |
| 3. Valor do desconto no salário..... | 458 |
| 4. Descontos não permitidos..... | 461 |
| 4.1. Descontos por penalidade de multa | 461 |
| 4.2. Contribuição sindical, confederativa, assistencial e outras | 461 |
| 4.2.1. Contribuição Sindical | 462 |
| 4.2.1.1. Sujeitos passivos da contribuição | 462 |
| 4.2.1.2. Valor da contribuição pelos empregados | 462 |
| 4.2.1.3. Notificação pessoal do sujeito passivo | 462 |
| 4.2.2. Contribuição confederativa..... | 464 |
| 4.2.3. Contribuição assistencial..... | 465 |
| 4.3. Desconto no salário dos valores dos produtos adquiridos na empresa | 466 |
| 4.22. Adicional de insalubridade | 468 |
| 1. Introdução | 469 |
| 2. Atividade insalubre | 469 |
| 2.1. Atividades que não geram o direito ao percentual de insalubridade | 482 |
| 2.1.1. Quem está manuseando produtos de limpeza de uso doméstico | 482 |
| 2.1.2. Simples umidade | 484 |
| 2.1.3. Contato com jovens infratores no centro de atendimento socioeducativo..... | 486 |
| 2.1.4. Peso excessivo não gera insalubridade..... | 487 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| 2.1.5. | As atividades dos vendedores farmacêuticos..... | 487 |
| 2.1.6. | Contato com cimento..... | 489 |
| 2.1.7. | Trabalho a céu aberto..... | 490 |
| 2.1.8. | Atividade com utilização constante de fones de ouvido..... | 491 |
| 2.1.9. | Atividade de atendente em creche..... | 492 |
| 3. | Proibição de trabalhar em área insalubre..... | 493 |
| 3.1. | Trabalhador com menos de 18 anos..... | 493 |
| 3.2. | Empregada gestante..... | 493 |
| 3.3. | Empregado que trabalha realizando horas extras..... | 494 |
| 4. | O recebimento do adicional não gera direito adquirido..... | 494 |
| 4.1. | Exceção – pagamento do adicional de insalubridade por mera liberalidade..... | 495 |
| 5. | Fornecimento de EPI pela empresa..... | 497 |
| 6. | Cumulação com adicional de periculosidade..... | 500 |
| 7. | Bases para cálculo do adicional de insalubridade..... | 502 |
| 7.1. | Enquadramento do grau de insalubridade (reforma trabalhista)..... | 509 |
| 8. | Base de cálculo para as horas extras..... | 511 |
| 9. | Empregado que trabalhar com mais de um agente insalubre não pode cumular os percentuais da insalubridade..... | 511 |
| 10. | Agente insalubre diverso do apontado na inicial..... | 513 |
| 11. | Quadro síntese: teses vinculantes em IRR que tratam do adicional de insalubridade..... | 515 |
| 4.23. | Adicional de periculosidade..... | 523 |
| 1. | Introdução..... | 523 |
| 2. | Periculosidade segundo a jurisprudência do TST..... | 525 |
| 3. | Não tem direito ao adicional de periculosidade..... | 535 |
| 3.1. | Quem está em contato eventual com explosivos, inflamáveis ou demais agentes..... | 535 |
| 3.2. | Os tripulantes e demais empregados em serviços auxiliares de transporte aéreo que, no momento do abastecimento da aeronave, permanecem a bordo..... | 535 |
| 3.3. | Vigia..... | 535 |
| 3.4. | Quem está de sobreaviso..... | 536 |
| 3.5. | O acompanhamento de abastecimento pelo motorista..... | 536 |
| 3.6. | O trabalho em recinto fechado com inflamáveis em recipiente inferior a 250 litros..... | 537 |
| 3.7. | O armazenamento de líquido inflamável em tanques que estão situados em construção anexa..... | 539 |
| 3.8. | Veículos com inflamáveis presentes nos tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares..... | 540 |
| 3.9. | Equipamentos móveis de Raios X..... | 541 |
| 4. | Cumulação com adicional de insalubridade..... | 541 |
| 5. | Bases para cálculo..... | 543 |
| 6. | Portaria MTE nº 2.021/2025 e o Anexo V da NR 16 sobre atividades perigosas..... | 545 |
| 6.1. | Caracterização e não caracterização da periculosidade em atividades com motocicletas..... | 545 |
| 6.1.1. | Laudo técnico..... | 546 |
| 7. | Quadro síntese: teses vinculantes em IRR que tratam do adicional de periculosidade..... | 546 |
| 4.24. | Adicional de penosidade (ADO nº 74/DF)..... | 553 |
| 4.25. | Acúmulo de função..... | 553 |
| 1. | Acúmulo de funções ≠ equiparação salarial ≠ desvio de função..... | 554 |
| 2. | Acúmulo de função..... | 555 |
| 2.1. | Análise de casos práticos..... | 558 |
| 2.1.1. | Bancário x transporte de valores..... | 558 |
| 2.1.2. | Motorista x cobrador de ônibus..... | 559 |

| | | |
|--------------|--|------------|
| 2.1.3. | Motorista x Ajudante de caminhão | 560 |
| 2.1.4. | Bancário x venda de produtos não bancários | 561 |
| 3. | Desvio de função..... | 563 |
| 3.1. | Ausência de desvio de função no caso eventualidade..... | 564 |
| 4.26. | Equiparação salarial..... | 566 |
| 1. | Introdução | 566 |
| 2. | Requisitos..... | 567 |
| 2.1. | Identidade de função | 567 |
| 2.1.1. | Função ≠ tarefa | 567 |
| 2.1.2. | Cabe equiparação de trabalho intelectual | 568 |
| 2.2. | Identidade de empregador..... | 568 |
| 2.3. | Simultaneidade | 569 |
| 2.4. | Tempo de serviço e na função | 570 |
| 2.5. | Inexistência de quadro de carreira e plano de cargos e salários..... | 570 |
| 2.6. | Paradigma não pode ser readaptado | 571 |
| 2.7. | Mesma perfeição técnica | 571 |
| 3. | Decisão judicial e paradigma remoto..... | 572 |
| 4. | Vantagem pessoal..... | 572 |
| 5. | Multa por conduta discriminatória..... | 572 |
| 6. | Cessão de empregados | 573 |
| 7. | Equiparação no serviço público | 574 |
| 8. | Prescrição | 574 |
| 9. | Ônus da prova | 574 |
| 10. | Equiparação por equivalência | 575 |
| 4.27. | Responsabilidade civil do empregador | 575 |
| 1. | Mapa da responsabilidade civil..... | 577 |
| 2. | Elementos da responsabilidade civil | 577 |
| 3. | Responsabilidade subjetiva..... | 578 |
| 3.1. | Conduta humana – culpa ou dolo | 578 |
| 3.1.1. | Comportamento positivo | 578 |
| 3.1.2. | Comportamento negativo..... | 578 |
| 3.2. | Danos..... | 578 |
| 3.2.1. | Danos materiais | 579 |
| 3.2.1.1. | Dano emergente..... | 579 |
| 3.2.1.2. | Lucro cessante | 579 |
| 3.2.2. | Dano moral..... | 580 |
| 3.2.2.1. | A pessoa jurídica pode sofrer dano moral | 581 |
| 3.2.2.2. | Alguns exemplos de atos que geram danos morais..... | 582 |
| 3.2.2.2.1. | Exigência de apresentação de certidão de antecedentes criminais..... | 582 |
| 3.2.2.2.2. | Humilhações no contrato de trabalho – agressões verbais | 583 |
| 3.2.2.2.3. | Acusação de furto | 585 |
| 3.2.2.2.4. | Atribuição de apelidos pejorativos | 587 |
| 3.2.2.2.5. | Atraso reiterado no pagamento de salários..... | 588 |
| 3.2.2.2.6. | Monitoramento de e-mail pessoal | 591 |
| 3.2.2.2.7. | Revista íntima em pessoas | 591 |
| 3.2.2.2.8. | Acidente de trabalho | 595 |
| 3.2.2.2.8.1. | Obrigação de emitir a CAT..... | 597 |

| | | |
|----------------|---|-----|
| 3.2.2.2.8.1.1. | Prazo para emitir a CAT | 599 |
| 3.2.2.2.8.1.2. | Objetivo da CAT | 599 |
| 3.2.2.2.8.1.3. | CAT deve ser aberta mesmo sem a incapacidade laborativa | 599 |
| 3.2.2.2.8.1.4. | CAT deve ser aberta mesmo nos casos de suspeita de doenças ocupacionais | 600 |
| 3.2.2.2.8.1.5. | Consequências pela não emissão da CAT | 601 |
| 3.2.2.2.8.1.6. | Emissão da CAT | 603 |
| 3.2.2.2.8.1.7. | Emissão da CAT gera aumento da contribuição previdenciária | 604 |
| 3.2.2.2.8.1.8. | CAT X NTEP – Nexo técnico epidemiológico | 604 |
| 3.2.2.2.8.1.9. | Ausência de CAT X Estabilidade | 604 |
| 3.2.2.2.9. | Assédio moral | 605 |
| 3.2.2.2.10. | Promessa de contratação frustrada | 607 |
| 3.2.2.2.11. | Dispensa discriminatória | 609 |
| 3.2.2.2.11.1. | Dispensa discriminatória no Direito do Trabalho segundo a legislação e a jurisprudência | 610 |
| 3.2.2.2.11.2. | Rol exemplificativo do art. 1º da Lei 9.029/95 | 610 |
| 3.2.2.2.11.3. | Exemplos de dispensa discriminatória segundo o TST ... | 612 |
| 3.2.2.2.11.4. | Exemplos de dispensa que não são discriminatórias segundo a jurisprudência | 638 |
| 3.2.2.2.11.5. | Pedido de reintegração nos casos de dispensa discriminatória | 645 |
| 3.2.2.2.11.6. | Ônus da prova na dispensa discriminatória | 646 |
| 3.2.2.2.12. | Prejuízo de afeição | 647 |
| 3.2.2.2.12.1. | Conceito | 647 |
| 3.2.2.2.12.2. | Cabimento | 647 |
| 3.2.2.2.12.3. | Legitimidade para solicitar o dano | 647 |
| 3.2.2.2.13. | Registro do atestado médico na CTPS | 652 |
| 3.2.2.2.13.1. | Recusa do atestado médico emitido por médicos não conveniados | 659 |
| 3.2.2.2.14. | Limbo previdenciário | 661 |
| 3.2.2.2.15. | Apropriação indébita previdenciária | 666 |
| 3.2.2.2.16. | Ócio remunerado | 668 |
| 3.2.2.2.17. | Ausência de banheiro e área para alimentação para trabalhadores de limpeza e conservação que realizam atividades externas (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 54 do TST) | 669 |
| 3.2.2.2.18. | Empregado que transporta valores sem qualificação específica (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 61 do TST) | 670 |
| 3.2.2.2.19. | Retenção injustificada da CTPS | 671 |
| 3.2.2.3. | Alguns exemplos de atos que não geram danos morais | 672 |
| 3.2.2.3.1. | Direito de imagem – uso de uniforme com logomarcas de fornecedores e propaganda de produtos | 672 |
| 3.2.2.3.2. | Revista de bolsas e pertences de modo impessoal (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 58 do TST) | 673 |
| 3.2.2.3.3. | Ausência ou atraso na quitação das verbas rescisórias | 676 |
| 3.2.2.3.3.1. | Atraso do último salário | 679 |
| 3.2.2.3.4. | Monitoramento de e-mail corporativo | 680 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 3.2.2.3.5. | Falta de anotação da CTPS (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 60 do TST)..... | 681 |
| 3.2.2.4. | Arbitramento do valor do dano moral | 682 |
| 3.2.2.5. | Cumulação do dano moral e do dano material | 683 |
| 3.2.3. | Dano estético | 684 |
| 3.2.3.1. | Cumulação do dano moral e do dano estético | 685 |
| 3.3. | Nexo causal | 686 |
| 3.4. | Teses vinculantes em IRR do TST sobre dano moral <i>in re ipsa</i> | 687 |
| 3.5. | Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho | 691 |
| 3.5.1. | Introdução | 691 |
| 3.5.2. | LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista | 692 |
| 3.5.3. | Conceitos importantes da LGPD..... | 693 |
| 3.5.4. | Parâmetros para o tratamento dos dados pessoais..... | 694 |
| 3.5.5. | Bases de tratamento de dados na LGPD..... | 694 |
| 3.5.6. | Princípio da LGPD | 696 |
| 3.5.7. | Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho | 696 |
| 4. | Responsabilidade objetiva | 698 |
| 4.28. | Reintegração – pessoa com deficiência | 699 |
| 1. | Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada..... | 699 |
| 4.29. | Reintegração no emprego – estabilidade acidentária..... | 700 |
| 1. | Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada..... | 700 |
| 4.30. | Reintegração no emprego – estabilidade gravídica | 700 |
| 1. | Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada..... | 700 |
| 4.31. | Reintegração no emprego – estabilidade do dirigente sindical..... | 701 |
| 1. | Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada..... | 701 |
| 4.32. | Indenização substitutiva da reintegração | 701 |
| 1. | Introdução | 702 |
| 2. | Estabilidade | 702 |
| 2.1. | Estabilidade decenal | 702 |
| 2.2. | Estabilidade do servidor público celetista..... | 703 |
| 2.2.1. | Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF) | 704 |
| 2.2.2. | Empregados de conselho regional – Ausência de estabilidade | 706 |
| 2.2.3. | Ausência de garantia de emprego nos contratos nulos com a Administração Pública..... | 707 |
| 3. | Estabilidade provisória..... | 709 |
| 3.1. | Estabilidade acidentária | 710 |
| 3.1.1. | Conceito de acidente do trabalho..... | 710 |
| 3.1.1.1. | Acidente típico | 710 |
| 3.1.1.2. | Doenças ocupacionais..... | 710 |
| 3.1.2. | Pressupostos da estabilidade acidentária..... | 713 |
| 3.1.2.1. | Concausa x estabilidade..... | 715 |
| 3.1.3. | Acidente no contrato de experiência | 716 |
| 3.1.4. | Acidente no curso do aviso prévio indenizado..... | 716 |
| 3.1.5. | Estabilidade provisória x encerramento das atividades da empresa..... | 717 |
| 3.1.6. | Segundo emprego x Estabilidade acidentária | 718 |
| 3.1.7. | Necessidade de inquérito judicial..... | 719 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 3.2. | Dirigente sindical | 719 |
| 3.2.1. | Dirigentes das Centrais Sindicais | 719 |
| 3.2.2. | Registro do sindicato..... | 720 |
| 3.2.3. | Comunicação do empregador..... | 722 |
| 3.2.4. | Limitação ao número de dirigente e suplentes | 722 |
| 3.2.5. | Categoria diferenciada | 723 |
| 3.2.6. | Extinção da empresa | 723 |
| 3.2.7. | Registro da candidatura no aviso prévio | 724 |
| 3.2.8. | Transferência do empregado | 724 |
| 3.2.9. | Necessidade de inquérito judicial para despedida por justa causa | 725 |
| 3.2.10. | Quem não tem estabilidade | 726 |
| 3.2.10.1. | Membro do Conselho Fiscal | 726 |
| 3.2.10.2. | Delegado sindical | 726 |
| 3.2.10.3. | Quem foi contratado para exercer função de confiança..... | 727 |
| 3.3. | Cipeiro..... | 727 |
| 3.3.1. | Representante do empregador na CIPA possui estabilidade?..... | 728 |
| 3.3.2. | Suplente possui estabilidade?..... | 729 |
| 3.3.3. | Extinção do estabelecimento..... | 729 |
| 3.3.4. | Possibilidades de demissão do empregado cipeiro | 730 |
| 3.3.5. | Necessidade de inquérito judicial..... | 730 |
| 3.4. | Empregada gestante | 731 |
| 3.4.1. | Desconhecimento do estado gravídico..... | 732 |
| 3.4.2. | Garantia de emprego no contrato por prazo determinado..... | 733 |
| 3.4.3. | Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária..... | 735 |
| 3.4.3.1. | Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF) | 736 |
| 3.4.4. | Garantia de emprego nos cargos em comissão | 737 |
| 3.4.5. | Renúncia ou transação..... | 739 |
| 3.4.6. | Fechamento da empresa | 739 |
| 3.4.7. | Novo emprego após a demissão x estabilidade..... | 740 |
| 3.4.8. | Mulher ou homem adotante – guarda provisória | 741 |
| 3.4.9. | Aborto espontâneo x estabilidade | 743 |
| 3.4.10. | Pedido de demissão da empregada gestante e assistência sindical (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 55 do TST) | 744 |
| 3.4.10.1. | Debates sobre a constitucionalidade da tese vinculante nº 55 do TST..... | 747 |
| 3.4.11. | Concepção ocorrida antes do início do contrato | 747 |
| 3.4.12. | Dúvida objetiva e razoável sobre a data de início da gravidez e a estabilidade da gestante (Tese vinculante em IRR nº 119 do TST) | 749 |
| 3.4.13. | Estabilidade para quem detiver guarda do filho em caso de falecimento da genitora | 750 |
| 3.4.14. | Necessidade de inquérito judicial? | 750 |
| 3.4.15. | Recusa da gestante ao retorno ao trabalho e o direito à indenização substitutiva (Tese vinculante nº 134 do TST)..... | 751 |
| 3.4.15.1. | Críticas e constitucionalidade da tese vinculante nº 134 do TST..... | 752 |
| 3.4.15.2. | Efeitos práticos da tese vinculante nº 134 do TST..... | 753 |
| 3.4.16. | Tema correlato: licença-maternidade em casos de internação prolongada | 753 |
| 3.4.16.1. | Data de início da licença-maternidade (ADI Nº 6327/DF) | 753 |
| 3.4.16.2. | Data de início da licença-maternidade – art. 392, § 7º, da CLT | 756 |

| | | |
|--------------|--|------------|
| 3.4.17. | Tema correlato: licença-maternidade em casos de nascimento ou adoção de criança com deficiência permanente decorrente da síndrome congênita associada ao vírus Zika..... | 757 |
| 3.4.18. | Quadro síntese: Teses vinculantes em IRR do TST sobre estabilidade da gestante..... | 757 |
| 3.5. | Período pré-eleitoral x estabilidade provisória..... | 761 |
| 3.6. | Estabilidade do diretor de cooperativa..... | 763 |
| 3.6.1. | O suplente do diretor de cooperativa tem estabilidade? | 763 |
| 3.6.2. | Necessidade de inquérito judicial? | 763 |
| 3.7. | Outras estabilidades provisórias no emprego..... | 765 |
| 3.7.1. | Representante dos empregados no conselho curador do FGTS..... | 765 |
| 3.7.2. | Representante dos empregados no Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS | 765 |
| 3.7.3. | Empregados de empresas que aderirem ao PSE – Programa Seguro-Emprego..... | 765 |
| 3.7.4. | Representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia..... | 767 |
| 3.7.5. | Empregado reabilitado e empregado com deficiência | 767 |
| 3.7.5.1. | Danos morais coletivos pela ausência de cumprimento da cota de PCD | 768 |
| 3.7.6. | Comissão de representantes dos empregados..... | 772 |
| 4. | Reintegração dos empregados demitidos | 773 |
| 5. | Prazo para ajuizamento da ação..... | 776 |
| 6. | Pedido de demissão do empregado estável | 777 |
| 7. | Tutela provisória de urgência de natureza antecipada | 778 |
| 4.33. | Salário-família | 779 |
| 1. | Introdução | 779 |
| 4.34. | Do pedido | 780 |
| 4.35. | Formas de rescisão do contrato de trabalho | 780 |
| 1. | Despedida sem justa causa | 781 |
| 1.1. | Recontratação do empregado demitido | 781 |
| 1.2. | Impossibilidade de demissão sem justa causa no período de 30 (trinta) dias que antecede a data-base da categoria | 783 |
| 1.3. | Verbas devidas na dispensa sem justa causa..... | 784 |
| 2. | Pedido de demissão | 785 |
| 2.1. | Cláusula de permanência | 785 |
| 2.2. | Conversão do pedido de demissão em rescisão indireta | 788 |
| 2.3. | Pedido de demissão X Estabilidade no emprego | 791 |
| 2.4. | Pedido de demissão do empregado adolescente | 792 |
| 2.5. | Aposentadoria especial e “dispensa com força de pedido de demissão”..... | 794 |
| 2.6. | Verbas devidas no pedido de demissão..... | 798 |
| 3. | Despedida com justa causa | 798 |
| 3.1. | Ônus da prova na dispensa por justa causa | 800 |
| 3.2. | Elementos da justa causa..... | 800 |
| 3.2.1. | Imediatividade..... | 801 |
| 3.2.2. | Perdão tácito..... | 802 |
| 3.2.3. | <i>Non bis in idem</i> | 803 |
| 3.2.4. | Ausência de discriminação..... | 804 |
| 3.2.5. | Gradação da penalidade | 805 |
| 3.2.6. | Relação entre a falta e o trabalho..... | 806 |
| 3.2.7. | Gravidade..... | 806 |
| 3.3. | Comunicação do motivo da justa causa..... | 807 |
| 3.4. | Hipóteses de justa causa | 808 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 3.4.1. | Ato de improbidade..... | 808 |
| 3.4.1.1. | Reversão de justa causa por acusação de improbidade e dano moral (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 62 do TST)..... | 812 |
| 3.4.2. | Incontinência de conduta ou mau procedimento..... | 813 |
| 3.4.3. | Negociação habitual..... | 815 |
| 3.4.4. | Condenação criminal..... | 815 |
| 3.4.5. | Desídia..... | 816 |
| 3.4.6. | Embriaguez..... | 817 |
| 3.4.7. | Violação de segredo da empresa..... | 820 |
| 3.4.8. | Indisciplina e insubordinação..... | 820 |
| 3.4.9. | Abandono de emprego..... | 821 |
| 3.4.9.1. | Publicação em jornal..... | 822 |
| 3.4.10. | Ato lesivo da honra ou da boa fama e ofensas físicas..... | 826 |
| 3.4.11. | Prática constante de jogos de azar..... | 826 |
| 3.4.12. | Perda da habilitação profissional..... | 827 |
| 3.4.13. | Declaração falsa para recebimento do vale-transporte ou o uso indevido gera justa causa? .. | 827 |
| 3.5. | Justa causa no curso do auxílio-doença..... | 829 |
| 3.6. | Procedimento interno x justa causa..... | 831 |
| 3.7. | Greve e justa causa..... | 832 |
| 3.8. | Pagamento da rescisão na justa causa..... | 833 |
| 3.9. | Verbas devidas na dispensa por justa causa..... | 833 |
| 3.10. | Reversão da justa causa..... | 834 |
| 3.10.1. | Pedidos na reversão da justa causa..... | 835 |
| 4. | Término do contrato a termo (prazo determinado)..... | 838 |
| 4.1. | Verbas devidas..... | 838 |
| 5. | Rescisão indireta do contrato de trabalho..... | 839 |
| 5.1. | Hipóteses de rescisão indireta..... | 839 |
| 5.1.1. | Serviços superiores às suas forças..... | 839 |
| 5.1.2. | Rigor excessivo..... | 841 |
| 5.1.3. | Perigo manifesto de mal considerável..... | 842 |
| 5.1.4. | Não cumprir o contrato de trabalho..... | 842 |
| 5.1.4.1. | Mora salarial reiterada..... | 843 |
| 5.1.4.2. | Ausência de depósitos do FGTS (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 70 do TST)..... | 844 |
| 5.1.4.3. | Incorreto pagamento de horas extras e suspensão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 85 do TST)..... | 845 |
| 5.1.5. | Ato lesivo da honra e boa fama..... | 846 |
| 5.1.6. | Agressão física..... | 846 |
| 5.1.7. | Redução do trabalho..... | 847 |
| 5.2. | Nos casos de rescisão indireta, o empregado precisa continuar trabalhando após o protocolo da ação? .. | 847 |
| 5.3. | Verbas devidas na rescisão indireta do contrato de trabalho..... | 848 |
| 6. | Aposentadoria espontânea..... | 849 |
| 6.1. | Verbas devidas..... | 849 |
| 7. | <i>Factum principis</i> | 850 |
| 7.1. | Verbas devidas..... | 851 |
| 8. | Extinção da empresa..... | 852 |
| 8.1. | Verbas devidas..... | 852 |
| 9. | Dispensa coletiva..... | 853 |
| 9.1. | Verbas devidas..... | 854 |

| | |
|--|------------|
| 10. Culpa recíproca | 855 |
| 10.1. Verbas devidas | 856 |
| 11. Distrato – acordo entre empregado e empregador..... | 857 |
| 11.1. Projeção do aviso prévio indenizado no distrato..... | 857 |
| 11.2. Verbas devidas | 858 |
| 12. Plano de demissão voluntária ou incentivada..... | 859 |
| 12.1. Verbas devidas | 862 |
| 13. Rescisão do contrato por força maior | 862 |
| 13.1. Verbas devidas | 863 |
| 2 CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO – Treinamento..... | 865 |
| 1. Fundamento legal | 865 |
| 2. Introdução | 865 |
| 3. Cabimento | 865 |
| 4. Ação de consignação – justa causa x ação de anulação de justa causa procedente = multa do art. 477, § 8º, da CLT | 866 |
| 5. Pagamento de custas processuais..... | 866 |
| 6. Protocolo da ação..... | 867 |
| 7. Depósito do valor ou coisa | 867 |
| 1. Cabeçalho da ação de consignação | 867 |
| 2. Mérito..... | 867 |
| 2.1. Do contrato de trabalho..... | 867 |
| 2.2. Das verbas rescisórias | 867 |
| 2.3. Aviso prévio..... | 868 |
| 2.4. Saldo de salário | 868 |
| 2.5. 13º salário..... | 868 |
| 2.6. Férias +1/3 | 868 |
| 2.7. FGTS e seguro-desemprego..... | 868 |
| 2.8. CTPS e celular | 868 |
| 3. Pedido..... | 868 |
| 3 INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE – Treinamento..... | 871 |
| 1. Introdução | 871 |
| 2. Prazo para ajuizamento do inquérito..... | 871 |
| 3. Garantias de emprego que necessitam de inquérito judicial para rescindir o contrato por falta grave | 873 |
| 4. Empregados portadores de estabilidade que não precisam do inquérito judicial para serem desligados por justa causa..... | 874 |
| 5. Ajuizamento da ação para empregados que não necessitam de inquérito para serem dispensados por justa causa | 877 |
| 6. Requisitos da ação de inquérito judicial para apuração de falta grave..... | 877 |
| 7. Consequências pela improcedência da ação de inquérito judicial para apuração de falta grave | 878 |
| 1. Cabeçalho da ação de inquérito para apuração de falta grave | 879 |

| | |
|---|------------|
| 2. Mérito | 879 |
| 2.1. Do contrato de trabalho..... | 879 |
| 3. Do interesse processual | 879 |
| 4. Da tempestividade do inquérito | 880 |
| 5. Do pedido | 880 |
| 4 CONTESTAÇÃO – Treinamento..... | 881 |
| 1. Cabeçalho da contestação | 881 |
| 1. Introdução | 881 |
| 2. Estruturação da contestação | 882 |
| 3. Preliminares..... | 882 |
| 3.1. Incompetência absoluta – contribuições previdenciárias..... | 882 |
| 3.2. Inépcia da petição inicial – ausência de pedido..... | 882 |
| 3.3. Inépcia da petição inicial – ausência de causa de pedir – indenização por danos morais..... | 883 |
| 3.4. Inépcia da petição inicial – ausência de causa de pedir – sobreaviso | 883 |
| 3.5. Inépcia da petição inicial – ausência de causa de pedir e pedido..... | 883 |
| 2. Preliminares..... | 883 |
| 1. Introdução | 883 |
| 1.1. Inexistência ou nulidade da citação..... | 884 |
| 1.2. Incompetência absoluta..... | 885 |
| 1.2.1. Competência absoluta em razão da matéria e da pessoa | 887 |
| 1.2.1.1. Competência da justiça do trabalho..... | 887 |
| 1.2.1.1.1. Relação de trabalho | 887 |
| 1.2.1.1.2. Relação de emprego | 887 |
| 1.2.1.1.3. Entes de direito público externo | 887 |
| 1.2.1.1.4. Empresas que decretaram falência | 889 |
| 1.2.1.1.5. A justiça do trabalho não terá competência para analisar os seguintes processos | 890 |
| 1.2.1.1.5.1. Servidor público estatutário X Administração Pública.... | 890 |
| 1.2.1.1.5.1.1. Exceção – Competência da justiça do trabalho | 890 |
| 1.2.1.1.6. Ação criminal | 892 |
| 1.2.1.1.7. Ação de cobrança de honorários advocatícios contratuais | 892 |
| 1.2.1.1.8. Ações contra o organismo internacional | 895 |
| 1.2.1.1.9. Ações de complementação de aposentadoria..... | 895 |
| 1.2.1.1.9.1. Exceção – Competência da justiça do trabalho | 897 |
| 1.2.1.1.10. Ações para autorização para participação de crianças e adolescentes em eventos artísticos | 897 |
| 1.2.1.1.11. Ações que versam sobre o labor realizado pelo presidiário no cumprimento da pena..... | 897 |
| 1.2.1.1.12. Dissídios coletivos de servidores celetistas da administração direta, autarquias e fundações de direito público | 898 |
| 1.2.1.1.13. Ação civil pública para implementação de políticas públicas para erradicação do trabalho infantil..... | 899 |
| 1.2.1.1.14. Ação Civil Pública para impor obrigação de não fazer consistente na vedação ao Estado de firmar contrato de cogestão do sistema prisional estadual com empresa privada..... | 899 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 1.2.1.2. | Ações que envolvam exercício do direito de greve..... | 900 |
| 1.2.1.3. | Ações sindicais..... | 901 |
| 1.2.1.4. | Ações de mandados de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> | 903 |
| 1.2.1.5. | Os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista..... | 904 |
| 1.2.1.6. | Ações de indenização por dano moral ou patrimonial..... | 905 |
| 1.2.1.7. | Ações relativas às penalidades administrativas..... | 906 |
| 1.2.1.8. | Execução das contribuições sociais..... | 907 |
| 1.2.1.8.1. | Execução do INSS do pacto laboral..... | 907 |
| 1.2.1.8.2. | Execução do INSS – SAT - Seguro de Acidente de Trabalho..... | 910 |
| 1.2.1.8.3. | Execução do INSS de terceiros – Incompetência da Justiça do Trabalho... .. | 910 |
| 1.2.1.9. | Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho..... | 911 |
| 1.2.1.9.1. | Ações sobre cadastramento no PIS..... | 911 |
| 1.2.1.9.2. | Ações sobre quadro de carreira..... | 911 |
| 1.2.1.9.3. | Ações sobre seguro-desemprego..... | 912 |
| 1.2.1.9.4. | Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial | 912 |
| 1.2.1.9.5. | Direito Desportivo..... | 914 |
| 1.3. | Impugnação do valor da causa..... | 915 |
| 1.4. | Inépcia da petição inicial..... | 916 |
| 1.4.1. | Quando na peça inicial faltar pedido ou causa de pedir | 916 |
| 1.4.2. | Quando o pedido for indeterminado..... | 917 |
| 1.4.3. | Quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão | 917 |
| 1.4.4. | Quando a ação contiver pedidos incompatíveis entre si..... | 917 |
| 1.5. | Perempção trabalhista – Sanção processual: 6 meses sem propor qualquer ação..... | 918 |
| 1.6. | Litispendência e coisa julgada | 920 |
| 1.6.1. | Litispendência – ação individual X coletiva..... | 920 |
| 1.7. | Conexão e continência | 921 |
| 1.8. | Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização..... | 922 |
| 1.9. | Ausência de legitimidade ou de interesse processual | 923 |
| 1.9.1. | Interesse processual | 924 |
| 1.9.2. | Legitimidade das partes | 924 |
| 1.9.2.1. | Legitimidade do espólio..... | 925 |
| 1.9.2.1.1. | Representação do espólio em juízo | 928 |
| 1.10. | Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar | 930 |
| 1.11. | Convenção de arbitragem | 931 |
| 3. | Prejudicial de mérito..... | 932 |
| 3.1. | Prescrição bial..... | 932 |
| 3.2. | Prescrição quinquenal parcial | 932 |
| 3.3. | Prescrição quinquenal total – alteração do contrato de trabalho | 932 |
| 1. | Conceito..... | 933 |
| 2. | Momento de arguição da prescrição | 933 |
| 2.1. | Prescrição de ofício no processo de conhecimento..... | 936 |
| 3. | Contagem do prazo prescricional..... | 937 |
| 3.1. | Início do prazo do dano pós-contratual..... | 938 |
| 3.2. | Termo final da prescrição que recai em dia não útil – prorrogação para o próximo dia útil | 940 |
| 3.2.1. | Termo final da prescrição que recai no recesso forense - prorrogação para o próximo dia útil... .. | 941 |
| 4. | Prazos prescricionais..... | 943 |

| | |
|---|------------|
| 4.1. Prescrição bienal total..... | 943 |
| 4.1.1. Não aplicação da prescrição bienal em casos de pedido de pensão mensal por incapacidade ocasionada por doença ocupacional | 944 |
| 4.1.2. Ônus da alegação da prescrição é do empregador | 946 |
| 4.1.3. Nulidade do aviso prévio influencia no início da contagem do prazo da prescrição..... | 946 |
| 4.2. Prescrição quinquenal parcial | 947 |
| 4.2.1. Prescrição do FGTS..... | 949 |
| 4.3. Prescrição quinquenal total | 950 |
| 4.4. Prescrição – empregado doméstico | 951 |
| 5. Prescrição nas ações de danos morais por acidente do trabalho..... | 952 |
| 5.1. Regra | 952 |
| 5.2. Exceção | 957 |
| 6. Causas que interferem na contagem do prazo da prescrição..... | 958 |
| 6.1. Causa impeditiva da prescrição..... | 958 |
| 6.1.1. Empregado com menos de 18 anos..... | 958 |
| 6.1.2. Herdeiro com menos de 18 anos de idade | 959 |
| 6.2. Causa suspensiva da prescrição..... | 960 |
| 6.3. Causa interruptiva da prescrição | 961 |
| 7. Outros temas sobre prescrição | 963 |
| 7.1. Prescrição intercorrente | 963 |
| 7.2. OJ 401 da SDI-1 do TST | 963 |
| 7.3. Prescrição do empregado aposentado por invalidez ou afastado pelo auxílio-doença | 964 |
| 7.4. Prescrição em ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social ... | 965 |
| 7.5. Prescrição das férias | 966 |
| 4. Defesa de mérito | 967 |
| 4.1. Gerente geral de agência bancária | 967 |
| 1. Introdução | 967 |
| 2. Cargo de confiança – gerente de agência x gerente geral de agência | 968 |
| 3. Direito ao pagamento em dobro do RSR e feriados | 969 |
| 4.2. Ausência de estabilidade do delegado sindical | 970 |
| 1. Introdução | 970 |
| 4.3. Equiparação salarial – paradigma readaptado | 971 |
| 1. Introdução | 971 |
| 4.4. Férias | 971 |
| 1. Introdução | 972 |
| 4.5. Estabilidade provisória do suplente de diretor de cooperativa | 973 |
| 1. Introdução | 973 |
| 4.6. Horas extras – trabalho externo..... | 974 |
| 1. Introdução | 974 |
| 2. Ônus da Prova no Trabalho Externo: Análise do Precedente Vinculante do TST (RRAg-0000113-77.2023.5.05.0035 – Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 73 do TST)..... | 975 |
| 4.7. Férias – afastamento pelo INSS superior a 6 meses | 979 |
| 1. Introdução | 980 |
| 4.8. Equiparação salarial..... | 980 |

| | |
|--|------------|
| 1. Introdução | 980 |
| 4.9. Vale-transporte..... | 981 |
| 1. Introdução | 982 |
| 4.10. Danos morais – revista íntima em pertences – indevido..... | 982 |
| 1. Introdução | 983 |
| 4.11. Danos morais – assédio moral..... | 984 |
| 1. Introdução | 984 |
| 4.12. Hora extra – turno ininterrupto de revezamento..... | 985 |
| 1. Introdução | 985 |
| 4.13. Hora extra – gerente geral de agência bancária | 987 |
| 1. Introdução | 987 |
| 4.14. Equiparação salarial..... | 988 |
| 1. Introdução | 988 |
| 4.15. Adicional de transferência | 989 |
| 1. Introdução | 989 |
| 2. Possibilidade de alteração | 990 |
| 3. Transferência provisória por necessidade de serviço..... | 991 |
| 3.1. Valor do adicional e duração do adicional..... | 991 |
| 3.2. Quem tem direito..... | 991 |
| 4. Quem não pode ser transferido | 992 |
| 5. Direito de resistência | 993 |
| 6. Despesas decorrentes da transferência | 993 |
| 7. Transferência ao exterior | 994 |
| 8. Transferência a interesse do empregado público..... | 994 |
| 4.16. Devolução de desconto indevido | 995 |
| 1. Introdução | 996 |
| 2. Descontos permitidos | 996 |
| 2.1. Desconto de INSS – Cota-parte do empregado..... | 996 |
| 2.2. Desconto de IRRF – Cota-parte do empregado..... | 997 |
| 2.3. Desconto referente ao empréstimo consignado..... | 998 |
| 2.4. Desconto referente ao custeio do vale-transporte | 998 |
| 2.5. Desconto referente ao custeio da alimentação | 999 |
| 2.6. Desconto no salário por ato culposo do empregado..... | 999 |
| 2.7. Desconto no salário por ato doloso do empregado | 1000 |
| 2.8. Desconto do valor de bens ou serviços colocados à disposição do empregado pelo próprio empregador | 1000 |
| 3. Valor do desconto no salário..... | 1001 |
| 4. Descontos não permitidos..... | 1001 |
| 4.1. Desconto por penalidade de multa..... | 1001 |
| 4.2. Contribuição sindical | 1001 |
| 4.2.1. Sujeitos passivos da contribuição | 1002 |
| 4.2.2. Valor da contribuição pelos empregados | 1002 |
| 4.2.3. Notificação pessoal do sujeito passivo | 1002 |
| 4.3. Contribuição confederativa | 1003 |

| | |
|---|-------------|
| 4.4. Contribuição assistencial..... | 1003 |
| 4.5. Desconto no salário dos valores dos produtos adquiridos na empresa | 1004 |
| 4.17. Multa do art. 477 da CLT..... | 1005 |
| 1. Introdução | 1005 |
| 4.18. Multa do art. 467 da CLT..... | 1006 |
| 1. Introdução | 1006 |
| 2. Finalidade da multa | 1006 |
| 3. Requisitos para incidir a multa | 1006 |
| 4. Contestação genérica..... | 1008 |
| 5. Incidência da multa sobre as seguintes verbas..... | 1009 |
| 6. Não incidência da multa sobre o FGTS 8%..... | 1010 |
| 7. Incidência nos casos de revelia | 1011 |
| 8. Não incidência nos casos de rescisão indireta | 1013 |
| 9. Não incidência nos casos de pedido de reversão da justa causa..... | 1015 |
| 10. Não incidência nos casos de pedido de reconhecimento de vínculo..... | 1017 |
| 11. Empresas que não pagam a multa mesmo as verbas estando incontroversas | 1018 |
| 12. Aplicação da multa do art. 467 da CLT de ofício pelo magistrado | 1021 |
| 13. Pedido da multa do art. 467 da CLT com valor estimado | 1022 |
| 4.19. Periculosidade | 1023 |
| 1. Introdução | 1023 |
| 4.20. Reintegração..... | 1024 |
| 1. Introdução | 1024 |
| 4.21. Hora extra com adicional de 50% | 1026 |
| 1. Introdução | 1026 |
| 4.22. Vale-transporte..... | 1026 |
| 1. Introdução | 1027 |
| 4.23. Vale-cultura – integração no salário | 1027 |
| 1. Introdução | 1027 |
| 4.24. Atestado Médico | 1028 |
| 1. Atestado médico | 1028 |
| 1.1. Conceito | 1028 |
| 1.2. Prazo para entrega do atestado..... | 1029 |
| 1.3. Uso indevido do atestado | 1029 |
| 1.4. Recusa do atestado médico | 1032 |
| 1.5. Impossibilidade de registro do atestado médico na CTPS | 1035 |
| 1.6. Atestado médico falso x justa causa..... | 1042 |
| 1.7. Atestado médico rasurado adulterado x justa causa | 1044 |
| 1.8. Impossibilidade de recusa do atestado médico pela ausência do CID..... | 1045 |
| 2. Atestado de comparecimento..... | 1048 |
| 2.1. Conceito | 1048 |
| 2.2. Esse atestado abona falta do empregado..... | 1048 |
| 3. Atestado de acompanhamento..... | 1049 |
| 3.1. Conceito | 1049 |
| 3.2. Abono da falta | 1050 |

| | |
|---|-------------|
| 5. Reconvenção | 1051 |
| 1. Introdução | 1051 |
| 6. Requerimento final | 1056 |
| 5 RECURSO ORDINÁRIO – Treinamento | 1057 |
| 1. Conceito | 1057 |
| 2. Princípios | 1057 |
| 2.1. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias | 1057 |
| 2.2. Primazia do julgamento do mérito | 1058 |
| 3. Juízo de admissibilidade do recurso | 1060 |
| 3.1. 1º juízo de admissibilidade | 1060 |
| 3.2. Juízo de admissibilidade | 1060 |
| 3.2.1. Poderes do relator | 1060 |
| 4. Pressupostos recursais genéricos | 1061 |
| 4.1. Pressupostos intrínsecos – subjetivos | 1061 |
| 4.1.1. Legitimidade para recorrer | 1061 |
| 4.1.2. Interesse recursal | 1061 |
| 4.1.3. Capacidade | 1061 |
| 4.2. Extrínsecos ou objetivos | 1061 |
| 4.2.1. Preparo | 1061 |
| 4.2.1.1. Custas | 1062 |
| 4.2.2. Depósito recursal | 1062 |
| 4.2.2.1. Quem pode pagar 50% do valor do depósito recursal | 1063 |
| 4.2.2.2. Substituição do depósito recursal | 1063 |
| 4.2.2.2.1. Acréscimo de 30% | 1066 |
| 4.2.2.3. Forma de pagamento do depósito recursal | 1068 |
| 4.2.2.4. Limite do depósito recursal | 1069 |
| 4.2.2.5. Aproveitamento do depósito recursal | 1069 |
| 4.2.3. Isentos do pagamento do preparo | 1069 |
| 4.2.3.1. Ministério Público do Trabalho | 1070 |
| 4.2.3.2. Massa falida e a empresa em recuperação judicial | 1070 |
| 4.2.3.3. Entidades fiscalizadoras do exercício profissional | 1071 |
| 4.2.3.4. Beneficiários da justiça gratuita | 1071 |
| 4.2.3.5. Quem tem direito à justiça gratuita? | 1072 |
| 4.2.3.5.1. Qual é o momento em que deverá ser formulado o pedido de justiça gratuita? | 1072 |
| 4.2.3.5.2. Prazo para pagamento do preparo | 1075 |
| 4.2.4. Recurso feito por advogado | 1077 |
| 4.2.5. Tempestividade | 1078 |
| 4.2.5.1. Regra dos prazos | 1078 |
| 4.2.5.2. Exceção | 1078 |
| 4.2.5.2.1. Embargos de declaração – 5 dias | 1078 |
| 4.2.5.2.2. Pedido de revisão do valor da causa – 48 horas | 1078 |
| 4.2.5.2.3. Recurso extraordinário – 15 dias | 1079 |
| 4.2.5.3. Início do prazo recursal | 1079 |
| 4.2.5.3.1. Início da contagem do prazo | 1079 |
| 4.2.5.3.2. Intimação ou publicação na sexta | 1079 |

| | | |
|--------------|--|------|
| 4.2.5.3.3. | Intimação no sábado | 1080 |
| 4.2.5.3.4. | Publicação eletrônica..... | 1080 |
| 4.2.5.3.5. | Intimações por meio eletrônico em portal próprio..... | 1080 |
| 4.2.5.3.6. | Suspensão do prazo recursal | 1080 |
| 4.2.5.3.7. | Interrupção do prazo recursal..... | 1081 |
| 4.2.5.3.8. | Prazo em dobro | 1082 |
| 4.2.5.3.8.1. | Não possui prazo em dobro | 1082 |
| 5. | Efeitos dos recursos | 1083 |
| 5.1. | Devolutivo | 1083 |
| 5.2. | Suspensivo..... | 1083 |
| 6. | Recurso adesivo..... | 1084 |
| 7. | Recurso ordinário..... | 1084 |
| 7.1. | Hipóteses de cabimento..... | 1084 |
| 7.1.1. | Primeira hipótese..... | 1084 |
| 7.1.2. | Segunda hipótese | 1084 |
| 7.1.3. | Terceira hipótese..... | 1085 |
| 7.1.4. | Quarta hipótese..... | 1085 |
| 7.1.5. | Quinta hipótese..... | 1085 |
| 1. | Peça de interposição..... | 1085 |
| 2. | Razões do recurso ordinário..... | 1086 |
| 3. | Requisitos de admissibilidade | 1086 |
| 4. | Preliminares | 1086 |
| 4.1. | De cerceamento do direito de defesa | 1086 |
| 1. | Introdução | 1087 |
| 2. | Protesto em audiência | 1088 |
| 3. | Indeferimento da oitiva de testemunha por ausência de documento de identidade..... | 1089 |
| 4. | Alegações do cerceamento de defesa em contrarrazões do recurso ordinário | 1091 |
| 5. | Alegações de prescrição em contrarrazões..... | 1092 |
| 4.2. | Incompetência absoluta | 1093 |
| 1. | Introdução | 1093 |
| 5. | Prejudicial de mérito | 1094 |
| 5.1. | Prescrição quinquenal | 1094 |
| 1. | Introdução | 1094 |
| 6. | Mérito | 1095 |
| 6.1. | Hora extra | 1095 |
| 1. | Introdução | 1096 |
| 6.2. | Complementação de aposentadoria – alteração..... | 1096 |
| 1. | Introdução | 1096 |
| 2. | Alteração do regulamento da empresa..... | 1097 |
| 3. | Competência do juiz do trabalho para processar e julgar as ações de complementação de aposentadoria..... | 1097 |
| 3.1. | Competência da justiça do trabalho – paga diretamente pelo empregador..... | 1098 |
| 3.2. | Competência da justiça comum – paga pela entidade de previdência privada | 1098 |
| 6.3. | Diferença da prontidão | 1099 |

| | |
|---|-------------|
| 1. Introdução | 1099 |
| 6.4. Aplicação do art. 940 do CC..... | 1100 |
| 1. Introdução | 1100 |
| 6.5. Prescrição de ofício | 1103 |
| 1. Introdução | 1103 |
| 6.6. Adicional de insalubridade..... | 1104 |
| 1. Introdução | 1104 |
| 2. Agente insalubre diverso do apontado na inicial..... | 1105 |
| 6.7. Anotação de dispensa na CTPS..... | 1105 |
| 1. Introdução | 1106 |
| 2. Baixa na CTPS e projeção do aviso prévio indenizado..... | 1106 |
| 6.8. Dano moral – revista íntima | 1107 |
| 1. Introdução | 1107 |
| 2. Revista efetuada em pertences do empregado..... | 1108 |
| 6.9. Juros e correção monetária | 1110 |
| 1. Introdução | 1111 |
| 2. Princípio da extrapetição (pedido implícito)..... | 1111 |
| 3. Juros de mora e correção monetária | 1112 |
| 6.10. Revelia e confissão quanto à matéria de fato | 1112 |
| 1. Introdução | 1112 |
| 2. Revelia | 1113 |
| 3. Confissão ficta..... | 1113 |
| 4. Carta de preposto | 1115 |
| 5. Atraso na audiência das partes – tolerância? | 1116 |
| 5.1. Algumas considerações sobre o sistema de precedentes..... | 1118 |
| 6.11. Responsabilidade subsidiária da segunda ré | 1123 |
| 1. Introdução | 1123 |
| 1.1. Notificação sobre inadimplência de empresa terceirizada..... | 1124 |
| 6.12. Adicional de insalubridade..... | 1126 |
| 1. Introdução | 1126 |
| 6.13. Correção monetária dos salários..... | 1127 |
| 1. Introdução | 1128 |
| 2. Alteração da data de pagamento do salário..... | 1128 |
| 3. Índice utilizado para atualização | 1128 |
| 6.14. Hora intrajornada..... | 1130 |
| 1. Introdução | 1131 |
| 2. Intervalo não concedido | 1131 |
| 7. Do pedido | 1131 |
| 6 CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO – Treinamento..... | 1133 |
| 1. Introdução | 1133 |

| | |
|--|-------------|
| 2. Prazo | 1133 |
| 3. Juízo competente para receber as contrarrazões | 1133 |
| 1. Peça de interposição | 1133 |
| 2. Razões | 1134 |
| 3. Requerimentos preliminares | 1134 |
| 3.1. Intempestividade do recurso | 1134 |
| 3.2. Cerceamento do direito de defesa | 1134 |
| 1. Introdução | 1135 |
| 2. Prova pericial – indeferimento | 1135 |
| 3. Prova testemunhal – indeferimento | 1136 |
| 3.1. Existência de cerceamento de defesa pelo indeferimento de testemunha que litiga contra o mesmo empregador (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 72 do TST) | 1137 |
| 3.2. Inexistência de cerceamento de defesa na falta de rol de testemunhas – Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 64 do TST | 1141 |
| 4. Cerceamento de defesa | 1147 |
| 5. Alegações do cerceamento de defesa em contrarrazões do recurso ordinário | 1147 |
| 4. Mérito | 1148 |
| 4.1. Categoria diferenciada – diferenças salariais | 1148 |
| 1. Introdução | 1149 |
| 2. Definição do enquadramento sindical x aplicação de normas coletivas | 1150 |
| 3. Estabilidade x categoria diferenciada | 1152 |
| 4.2. Hora extra | 1152 |
| 1. Introdução | 1152 |
| 4.3. Salário <i>in natura</i> | 1152 |
| 1. Introdução | 1153 |
| 2. Requisitos para caracterização do salário <i>in natura</i> | 1153 |
| 4.4. Diária para viagem | 1153 |
| 1. Introdução | 1154 |
| 4.5. Equiparação salarial | 1154 |
| 1. Introdução | 1154 |
| 5. Requerimentos finais | 1155 |
| 7 EMBARGOS À EXECUÇÃO – Treinamento | 1157 |
| 1. Introdução | 1157 |
| 1. Cabeçalho | 1158 |
| 2. Tempestividade e garantia da execução | 1158 |
| 3. Teses de defesa | 1158 |
| 3.1. Prescrição intercorrente | 1158 |
| 1. Introdução | 1158 |
| 3.2. Bem de família | 1159 |
| 1. Introdução | 1159 |

| | | |
|------------|---|------|
| 2. | Penhora de vaga de garagem | 1161 |
| 3. | Imóvel locado para terceiro | 1162 |
| 4. | Momento para arguir a impenhorabilidade do bem de família | 1164 |
| 5. | Impenhorabilidade do bem de família de elevado valor | 1165 |
| 3.3. | Correção monetária | 1166 |
| 1. | Introdução | 1166 |
| 2. | Momento de aplicação da correção monetária – verbas trabalhistas | 1169 |
| 3. | Momento de aplicação da atualização monetária no dano moral..... | 1169 |
| 4. | Aplicação da correção monetária e dos juros de mora..... | 1171 |
| 3.4. | Multa do art. 523, § 1º, do CPC | 1171 |
| 1. | Introdução | 1171 |
| 4. | Do pedido | 1173 |
| 1. | Introdução | 1173 |
| 2. | Fonte subsidiária..... | 1173 |
| 2.1. | Multa do art. 523 do CPC | 1173 |
| 3. | Títulos executivos | 1174 |
| 4. | Início da execução | 1174 |
| 5. | Liquidação de sentença..... | 1175 |
| 5.1. | Métodos..... | 1175 |
| 5.2. | Respeito a coisa julgada..... | 1175 |
| 5.3. | Aplicação de correção monetária e juros de mora..... | 1175 |
| 5.4. | Manifestação das partes | 1176 |
| 5.4.1. | Cabimento do Mandado de Segurança..... | 1176 |
| 5.5. | Cálculos complexos..... | 1177 |
| 6. | Mandado de penhora | 1177 |
| 6.1. | Citação na execução | 1177 |
| 6.2. | Requisitos da citação | 1177 |
| 6.3. | Modo da citação | 1178 |
| 7. | Meios indiretos de execução | 1178 |
| 8. | Meio direto de execução | 1180 |
| 8.1. | Penhora..... | 1180 |
| 8.1.1. | Penhora nos bens do sócio..... | 1181 |
| 8.1.1.1. | Conceito de desconsideração da personalidade jurídica..... | 1186 |
| 8.1.1.2. | Consequência da desconsideração da personalidade jurídica..... | 1186 |
| 8.1.1.3. | Previsão legal..... | 1187 |
| 8.1.1.4. | Procedimento da desconsideração da personalidade jurídica..... | 1187 |
| 8.1.1.4.1. | Primeiro deve ser instaurado um incidente, a requerimento da parte ou do Ministério Público | 1187 |
| 8.1.1.4.2. | O incidente vai ocorrer nos próprios autos do Processo Judicial em que foi suscitado..... | 1187 |
| 8.1.1.4.3. | Demonstração que a pessoa jurídica não possui bens suficientes para o pagamento da dívida | 1188 |
| 8.1.1.4.4. | Citação do sócio para apresentar defesa | 1190 |
| 8.1.1.4.5. | Suspensão do processo principal | 1191 |
| 8.1.1.4.6. | Instrução processual do incidente | 1191 |
| 8.1.1.4.7. | Decisão e recurso | 1191 |
| 8.1.1.4.8. | Ausência de desconsideração e penhora de bens do sócio..... | 1192 |

| | | |
|------------|---|-------------|
| 8.1.1.5. | Sócio oculto | 1193 |
| 8.1.1.5.1. | Responsabilidade pelas dívidas trabalhistas do sócio oculto..... | 1194 |
| 8.1.1.5.2. | Ônus da prova da condição de sócio oculto..... | 1195 |
| 8.1.1.5.3. | Programa para o juízo da execução achar o sócio oculto..... | 1195 |
| 8.1.1.5.4. | Incidente de desconsideração da personalidade jurídica | 1196 |
| 8.1.2. | Penhora nos bens do sócio retirante | 1197 |
| 8.1.3. | Ordem de preferência na penhora | 1198 |
| 8.1.4. | Penhora de imóveis e veículos automotores | 1199 |
| 8.1.5. | Penhora em outra cidade..... | 1199 |
| 8.1.6. | Alienação antecipada dos bens | 1199 |
| 8.1.7. | Penhora em execução provisória | 1199 |
| 8.1.8. | Penhora de bens de empresas do mesmo grupo econômico | 1200 |
| 8.2. | Ação própria para restituição de valores pagos a maior na fase de execução | 1203 |
| 8.3. | Bens impenhoráveis..... | 1206 |
| 8.3.1. | Possibilidade de penhora dos salários..... | 1208 |
| 8.3.1.1. | Impossibilidade de penhora dos salários e aposentadoria quando o devedor recebe um salário-mínimo | 1211 |
| 9. | Expropriação dos bens do devedor | 1216 |
| 9.1. | Remição | 1216 |
| 9.2. | Adjudicação | 1217 |
| 9.3. | Alienação por hasta pública | 1218 |
| 9.3.1. | Arrematação..... | 1218 |
| 8 | EMBARGOS DE TERCEIRO – Treinamento | 1219 |
| 1. | Conceito..... | 1219 |
| 2. | Prazo para Propor Embargos de Terceiro na Execução..... | 1219 |
| 3. | Pedido nos Embargos de Terceiro | 1220 |
| 3.1. | Liminar nos Embargos de Terceiro..... | 1220 |
| 3.2. | Suspensão do Processo Principal | 1220 |
| 3.3. | Honorários de Sucumbência | 1221 |
| 4. | Legitimidade..... | 1221 |
| 4.1. | Ativa | 1221 |
| 4.2. | Passiva..... | 1222 |
| 5. | Competência..... | 1222 |
| 6. | Procedimento | 1223 |
| 7. | Coisa Julgada | 1223 |
| 8. | Recurso..... | 1224 |
| 9. | Modelo de Embargos de Terceiro..... | 1224 |
| 9 | AGRAVO DE PETIÇÃO – Treinamento | 1229 |
| 1. | Introdução | 1229 |
| 2. | Prazo..... | 1231 |
| 3. | Requisitos..... | 1232 |
| | Peça de interposição..... | 1235 |
| | Razões..... | 1236 |
| I | Pressupostos de admissibilidade | 1236 |

| | |
|--|------|
| II – Mérito..... | 1236 |
| A) Correção monetária | 1236 |
| B) Incidência de INSS sobre o dano moral..... | 1237 |
| C) Aplicação da multa de 10% do §1º do art. 523 do CPC. | 1237 |
| III – Do pedido | 1237 |

OUTROS TEMAS RELEVANTES SOBRE DIREITO DO TRABALHO

| | |
|---|------|
| TEMA: CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO ESPORTIVO..... | 1239 |
| 1. Do Contrato Especial de Trabalho Esportivo | 1239 |
| 2. Das parcelas que não possuem caráter salarial | 1239 |
| 3. Formalidade do contrato | 1239 |
| 4. Prazo do contrato..... | 1239 |
| 5. Término do Contrato Especial de Trabalho Esportivo..... | 1240 |
| 6. Cessão temporária de atletas | 1240 |
| 7. Fim do contrato de experiência x afastamento do trabalho por doença..... | 1241 |
| TEMA: SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO | 1243 |
| 1. Introdução | 1243 |
| 2. Impossibilidade de pedir auxílio-alimentação durante a suspensão do contrato de trabalho | 1243 |
| 3. Possibilidade de aplicação de justa causa nos casos de suspensão do contrato..... | 1246 |
| 4. Possibilidade de solicitar a rescisão indireta nos casos de suspensão do contrato | 1248 |
| 5. Ausência de obrigação de pagar o 13º salário durante a suspensão do contrato | 1249 |
| 6. Perda das férias proporcionais em caso de afastamento pelo INSS em prazo superior a 6 meses..... | 1250 |
| 7. Prazo prescricional contando durante a suspensão do contrato de trabalho | 1251 |

| | |
|-------------------|------|
| BIBLIOGRAFIA..... | 1253 |
|-------------------|------|